

Ata nº. 08/2017

No dia dezanove do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente Luis Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, António Joaquim Teixeira da Mota e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ordem do Dia -----

Ponto um - Deliberação sobre a atribuição da Medalha da Cidade; -----

Ponto dois - Protocolo com a Associação Sójovem -----

- Deliberação sobre a sua renovação -----

Ponto três - Deliberação sobre o destino do Passeio Sénior -----

Ponto quatro - Ratificação da atribuição de balões ao CPN; -----

Ponto cinco - Deliberação sobre o pedido apresentado para acumulação de funções; -----

Ponto seis – Atribuição de subsídio pontual aos Missionários da Consolata -----

Ponto sete – Atribuição de novas vantagens do Cartão Juventude + -----

O Sr. Presidente da Junta começou por cumprimentar todos os restantes membros do Executivo, e de seguida deu início à Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um - Deliberação sobre a atribuição da Medalha da Cidade; -----

Neste ponto, a Vogal Secretária Teresa Raposo começou por explicar que, este ano, será proposta a atribuição da Medalha da Cidade a duas empresas de Ermesinde: a Bompiso, S.A. e a Conduril, S.A., a primeira porque é uma empresa, que apesar de algumas diversidades sempre manteve a responsabilidade social no apoio financeiro de muitas das coletividades da Freguesia, da Junta de Freguesia e também da Câmara Municipal; e a segunda, porque é, pelo seu volume de negócios, uma



das maiores empresas do Concelho de Valongo, tendo sido também considerada por diversas vezes uma das cem melhores empresas para se trabalhar. -----

A Vogal Carla Sousa discorda que o prémio em questão seja atribuído a empresas, uma vez que estamos a premiar obrigações para com os trabalhadores ou comportamentos para com a sociedade que deveriam ser naturais em todas as empresas, até porque, de acordo com a lei do Mecenato, esta também é beneficiada por atribuir donativos. Sugere que se averigue se não haverão outras entidades ou personalidades que recebam a medalha da cidade, correndo-se o risco de se banalizar a sua atribuição.

O Vogal António Mota diz que o Partido Socialista também pensou na empresa Conduril, S.A. e no Sr. Joaquim Santos, da Bompiso, pelo que homenagear a empresa da qual ele é gerente, será ir de encontro às suas expectativas. -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra da eleita pelo Bloco de Esquerda. -----

Ponto dois - Protocolo com a Associação Sójovem -----

- Deliberação sobre a sua renovação -----

O Sr. Presidente pede autorização aos restantes membros do Executivo para participar na discussão, o que foi aceite por unanimidade. -----

A Vogal Carla Sousa sugere, pela importância do ponto e por implicar com vários funcionários ao serviço da Junta de Freguesia, que o ponto seja adiado, uma vez que não estão presentes todos os membros do Executivo. Questiona porque é que este assunto é sempre discutido em reunião extraordinária e se a resposta ao pedido de parecer chegou já à Junta de Freguesia, pedindo uma cópia do mesmo para saber em que moldes este foi redigido. -----

A Vogal Secretária responde que o pedido foi já efetuado e que as questões foram colocadas da forma que o Bloco de Esquerda as redigiu, tendo sido retirados apenas os considerandos políticos formulados.

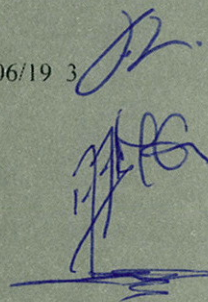
O Sr. Presidente diz que este ponto terá que ser discutido ou então o protocolo renova-se automaticamente, uma vez que o ano letivo está quase a iniciar e é necessário a Junta de Freguesia perceber como deve proceder. -----

O Partido Socialista apresentou uma declaração de voto, que leu, e fica apensa a esta ata. -----

À declaração de voto o Sr. Presidente responde que não considera que os contratos sejam precários, uma vez que, a nível do prolongamento de horário temos pessoas a colaborar com a Junta de Freguesia há algum tempo, o que lhes garante estabilidade financeira. Refere que seria muito pior se, à semelhança do que faz a Câmara Municipal, lhes fosse pedido que assegurassem o trabalho em forma de prestação de serviços com recibos verdes. -----

O Vogal António Mota leu uma declaração que institui o sentido de voto do Partido Socialista e que fica apensa a esta ata. -----





O Sr. Presidente diz que, com esta declaração e com os considerandos que esta inclui, o Partido Social Democrata irá também abster-se, concluindo que, pela Sojovem, deveria ter trazido já uma proposta de rescisão unilateral do protocolo. -----

Foi deliberado que o ponto dois da Ordem de Trabalhos seria suspenso, até à continuação da reunião no próximo dia 26 de junho. -----

Ponto três - Deliberação sobre o destino do Passeio Sénior -----

Neste ponto o Sr. Presidente colocou à consideração três orçamentos apresentados, um com destino a Fátima, outro, com destino a Grove, passando por Pontevedra e o último, com destino a Santiago de Compostela. -----

A Vogal Carla Sousa refere que continua a ser da opinião que o passeio deveria ser efetuado em junho ou julho, pelo que irá abster-se na votação, recebendo como explicação do Sr. Presidente que o Passeio sempre se realizou nesta data, sendo esta a considerada melhor, uma vez que as crianças ainda se encontram de férias o que possibilita aos avós participarem no passeio e também por o clima não ser tão quente. -----

Ponderadas as propostas apresentadas e o interesse do destino para o público alvo, foi deliberado por maioria, com a abstenção do Bloco de Esquerda, que o passeio se realizará a Santiago de Compostela. -

Ponto quatro - Ratificação da atribuição de balões ao CPN; -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, não tendo a eleita pelo Bloco de Esquerda participado na votação, por conflito de interesses. -----

Ponto cinco - Deliberação sobre o pedido apresentado para acumulação de funções. -----

O Sr. Presidente, diz neste ponto que foi apresentado pela Funcionária Cecília Encarnação um pedido de acumulação de funções, sendo da opinião que este é para diferir, com a ressalva que esta acumulação não poderá colidir com o exercício da sua função, mesmo que suceda fora do horário de trabalho, não podendo colocar em causa as atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia. -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----



Nesta altura, foi a sessão interrompida e retomada no dia 22 de junho com a presença do Presidente Luis Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, António Joaquim Ferreira da Mota; Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa. -----

Retomando-se o ponto dois da Ordem de Trabalho, devido a um atraso do Sr. Presidente da Junta, pede a Vogal Secretária para que sejam incluídos os pontos seis e sete na ordem de Trabalhos, o que foi aceite por todos. -----

Explica a mesma Vogal que em pesquisa do pedido de parecer efetuado à DGES e à CCDRN, este não se encontra nem nos ficheiros comuns, nem na base informática, pelo que poderá estar no próprio computador da funcionária que tratou do envio. Sucede que esta se encontra de momento em férias, pelo que não é possível apresentar cópia do mesmo, reiterando que o que foi pedido inclui as questões do Bloco de Esquerda, retirado o preâmbulo e os considerandos políticos. -----

A Vogal Carla Sousa pediu a palavra para questionar quantas pessoas deste Executivo fazem ou fizeram parte da Sojovem, ao que lhe é respondido que só o Sr. Presidente é que faz parte da direção daquela associação. -----

O Vogal António Mota requer que o ponto relativo à Sojovem seja novamente suspenso, até, no máximo, meio de julho, dando tempo ao Executivo para receber toda a informação necessária a poder decidir cabalmente. -----

A Vogal Secretária Teresa Raposo, alerta para o facto de o Sr. Presidente se encontrar de férias a partir da próxima semana, pelo que a continuação da reunião teria de ser feita só depois da segunda quinzena de junho. Aceitando a proposta apresentada e com a concordância de todos os elementos do Executivo presentes, foi o ponto dois da Ordem de Trabalhos suspenso, sendo dada continuidade à reunião no que concerne aos restantes pontos. -----

A Vogal Carla Sousa ressalva o facto de haver uma dicotomia de posições, pois na semana passada o ponto não podia ser adiado e nesta já pode, sendo-lhe explicado pela Vogal Secretária que, estando em causa alguns contratos de trabalho que estarão a cessar, o tema não poderá ser adiado por muito mais tempo. -----

Ponto seis – Atribuição de subsídio pontual aos Missionários da Consolata -----

Neste ponto, é explicado que no âmbito do programa internacional "Europe is different", a Junta de Freguesia irá receber cerca de quarenta jovens originários de países diferentes, pelo que será necessário providenciar o seu alojamento e alimentação, o que irá acontecer nas instalações dos Missionários da Consolata, uma vez que foram estes que apresentaram o preço mais baixo. Este subsídio pontual é a forma de pagar o serviço prestado por aquela entidade, no montante de três mil e trezentos euros. -----



A Vogal Carla Sousa diz que não se recorda de se ter falado nesta vinda de estrangeiros, mas recorda-se que este não ia ter custos para a Junta de Freguesia, pelo que questiona o porquê deste pagamento, lamentando que a Junta de Freguesia sirva para pagar férias a jovens, ao que lhe foi explicado que este valor é uma forma de pagamento, mas o custo será integrado no projeto internacional e que o programa é vantajoso e enriquecedor para os jovens até mesmo em termos de projeto de vida e de crescimento pessoal. Informa que irá votar contra, uma vez que o ponto foi incluído no próprio dia. -----

O Vogal Adelino Soares questiona em que quadro este programa está integrado, uma vez que estes projetos são financiados e comportam na totalidade as despesas a efetuar, recebendo como resposta que o projeto, cobre, de facto a totalidade das despesas, mas que este pagamento tem que ser efetuado pela própria Junta de Freguesia e deverá ser contabilizado nas suas contas de alguma forma, uma vez que a Junta não contrata serviços de alojamento e refeição. -----

O mesmo Vogal continua dizendo que vota contra uma vez que não conhece o caderno de encargos do projeto. -----

Colocado o ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com os votos contra do BE e da CDU. ----

Ponto sete – Atribuição de novas vantagens do Cartão Juventude + -----

Em relação a este ponto, em aditamento às vantagens do cartão Juventude + já anunciadas, a Junta de Freguesia de Ermesinde passe a ser também parceira, do Cartão, com descontos nos seus próprios serviços, tais como licenças de canídeos, emissão de certidões, entre outros. -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com o voto contra do BE. -----

Neste momento, foi a reunião suspensa tendo continuado no dia 27 de julho com a presença do Presidente Luis Miguel Mendes Ramalho e dos Vogais, Teresa Marta Correia de Sousa Raposo, Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva, Maria Esmeralda Correia de Carvalho, António Joaquim Ferreira da Mota; Adelino Joaquim Machado Soares e Carla Celeste Magalhães Mendonça de Sousa, para a discussão do ponto número dois. -----

Ponto dois - Protocolo com a Associação Sójovem -----

- Deliberação sobre a sua renovação -----



Por uma questão de conflito de interesses o Sr. Presidente requereu que fosse a Vogal Secretária a liderar o ponto em questão. Esta disse que tendo em conta que o Protocolo da Associação Sojovem está em fase de renovação, assim como os contratos de trabalho a ele adjacentes, deverá o Executivo deliberar qual a solução que deve ser dada a esta questão de modo a assegurar o funcionamento dos serviços dependentes do protocolo.-----

A Vogal Carla Sousa diz que a sua posição continua a ser a mesma de anteriormente, questionando pela cópia do e-mail enviado com o parecer, recebendo como resposta que foi já entregue ao executivo o texto do pedido de parecer, mas que, estando a D.<sup>a</sup> Lurdes de férias, não foi possível reenviar para todos a cópia do e-mail. A mesma Vogal do BE diz que, acerca deste assunto, foi feita uma denúncia, com um pedido de parecer ao IGF e à DGAL. -----

A Vogal Esmeralda Carvalho diz que a posição do Partido Socialista será a de viabilizar a renovação do protocolo, apresentando uma declaração de voto, que leu, e que ficará apensa a esta ata. -----

O Sr. Presidente diz que a Sójovem encontra-se perfeitamente à vontade para revogar o protocolo assinalado, cancelando os contratos de trabalho com os trabalhadores afetos à Junta de Freguesia, tendo, no entanto, a consciência de que os serviços prestados não poderão ser garantidos de outra forma. -----

O Vogal Adelino Soares diz que se irá abster da votação porque compreende que não se consegue resolver a situação do impedimento da Junta de Freguesia para a contratação de funcionários, pois percebe que a questão passará sempre por uma alteração governamental. Por outro lado, percebe que os serviços necessitam de ser assegurados. -----

Colocado o ponto à votação, foi o mesmo aprovado por maioria com o voto contra do Bloco de Esquerda, que irá apresentar uma declaração de voto, uma abstenção da CDU e os votos favoráveis dos eleitos pelo PS e pelo PSD. O Sr. Presidente da junta não participou na votação por conflito de interesses. -----

Foi pedido pelo Sr. Presidente para serem acrescentados os pontos dois ponto um e dois ponto dois à Ordem de Trabalhos: Instauração de processo disciplinar a funcionário; concessão de apoio jurídico à lesada; e também o ponto dois ponto três, discussão e aprovação da ata numero três foram os mesmos admitidos por unanimidade. -----

Ponto dois ponto dois – Instauração de Processo disciplinar a funcionário -----

Neste ponto, refere a Vogal Secretária que foi recebido uma participação por parte de uma funcionária da Sójovem ao serviço da Junta de Freguesia, que teria sido insultada e agredida, durante uma atividade por nós realizada, por um funcionário da Câmara Municipal também ao serviço desta entidade. A lesada apresentou queixa na polícia e fez já perícia no Instituto de Medicina Legal, estando o processo crime a decorrer. Tendo em conta que se trata de um funcionário da Câmara, será necessário proceder à comunicação àquele serviço para que seja instaurado o processo disciplinar, uma vez que a Junta não



tem competência para esse procedimento. Sugere também que, uma vez que a agressão foi praticada conta uma funcionária ao serviço da Junta, esta assuma os encargos com patrocínio jurídico da mesma.

A Vogal Carla Sousa sugere que a designação do ponto seja alterado para "remessa ao Município de comunicação com vista à instauração de processo disciplinar" uma vez que, da forma como está redigido sugere que a Junta é que instaurará o referido processo, o que foi aceite por unanimidade. -----

O Vogal Adelino Soares questiona se o funcionário em questão foi ouvido, ao que lhe é respondido que a audição é efetuada pela Câmara Municipal já dentro do processo disciplinar. -----

Colocado o ponto à votação com a redação proposta pela Vogal Carla Sousa, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

A Vogal Carla Sousa questiona porque é que a Junta de Freguesia assume o papel de denunciar e defender uma pessoa que não é sua funcionaria, ao que o Sr. Presidente responde que é pelo facto de ela ter sido agredida na altura em que estava a prestar serviço para a própria Junta de Freguesia. -----

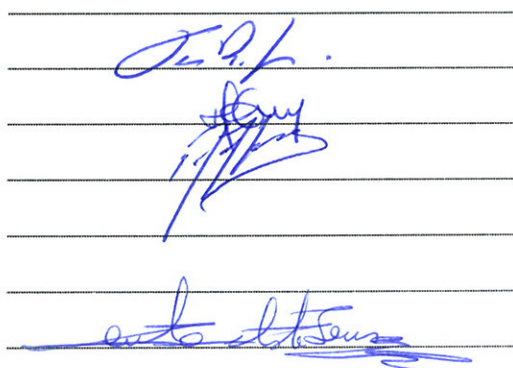
Colocado o ponto dois ponto dois à votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com a abstenção da Vogal do Bloco de Esquerda. -----

Ponto dois ponto três – Discussão e aprovação da ata numero três de 2017 -----

Colocado o ponto à discussão, a Vogal Carla Sousa sugeriu algumas alterações que foram aceites, tendo a ata número três sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente prestou as informações sobre as competências delegadas e deu a reunião por encerrada. -----

A JUNTA



## Declaração de voto

### Discussão e votação da renovação do protocolo com a Associação SóJovem

O protocolo celebrado entre esta Junta de Freguesia e a Associação SóJovem das Saibreiras que remonta já ao ano de 2015, submetido agora a apreciação quanto à sua renovação, coloca ao Partido Socialista um conjunto de questões, algumas já levantadas em lugar e tempo oportuno tal como pode ser analisado nas atas deste executivo.

Mantemos a opinião já anteriormente e claramente explicada, de que se a mão-de-obra cedida ao abrigo deste protocolo corresponde a necessidades permanentes desta Junta de Freguesia, é fundamental que se estudem soluções de contratação mais estáveis, duradouras e com vínculo direto.

Não podemos, no entanto, deixar de estranhar o timing desta discussão, e de outras, que parecem coincidir com o aproximar do calendário eleitoral autárquico. Um planeamento cuidado desta questão poderia e deveria ter permitido antecipar esta discussão afastando-a do já referido calendário.

Apesar dos argumentos já elencados, os eleitos do Partido Socialista irão votar favoravelmente, pois encontram-se em causa alguns dos valores fundamentais que norteiam a nossa atividade política, nomeadamente a manutenção dos postos de trabalho dos funcionários cedidos ao abrigo deste protocolo e também a manutenção de um serviço público que se afigura muito importante para as famílias desta cidade como sejam as AFE e as CAF.

É convicção e desejo dos eleitos pelo Partido Socialista que a breve trecho seja possível regularizar estes postos de trabalho sem que para tal seja necessário o recurso a uma associação que se comporta como neste caso com uma empresa de recursos humanos.



Ermesinde, 11 de julho de 2017

Os eleitos do Partido Socialista



## Declaração de voto

### Discussão e votação da renovação do protocolo com a Associação SóJovem

O protocolo celebrado entre esta Junta de Freguesia e a Associação SóJovem das Saibreiras que remonta já ao ano de 2015, submetido agora a apreciação quanto à sua renovação coloca ao Partido Socialista um conjunto de questões legais, algumas já levantadas em lugar e tempo oportuno mas ainda não respondidas, o que dificulta uma tomada de posição devidamente fundamentada e esclarecida.

O Bloco de Esquerda solicitou a este Executivo na pessoa do seu Presidente que indagasse junto da DGAL e da CCDRN sobre a admissibilidade e legalidade deste tipo de protocolo de cedência de mão-de-obra entre uma Junta de Freguesia e uma Associação sem fins lucrativos. Até à data não temos conhecimento que tenha sido dada resposta a esta solicitação.

Paralelamente ao ponto em cima referido, considera o Partido Socialista que este tipo de contratação não salvaguarda os direitos dos trabalhadores dado serem contratações precárias e sem vínculo direto à Junta da Freguesia de Ermesinde. Na opinião dos membros eleitos do Partido Socialista se a mão-de-obra cedida ao abrigo deste protocolo corresponde a necessidades permanentes desta Junta de Freguesia, é fundamental que se estudem soluções de contratação mais estáveis e duradouras.

Para além das dúvidas elencadas anteriormente não podem os eleitos do Partido Socialista deixar de estranhar o timing desta discussão, e de outras, que parecem coincidir com o aproximar do calendário eleitoral autárquico.

Assim, os eleitos do Partido Socialista irão abster-se pois para além de considerarem que existe um défice de informação relativa à admissibilidade e legalidade deste tipo de protocolos, encontram-se em causa os postos de trabalho dos funcionários cedidos ao abrigo deste protocolo e também o serviço prestado às populações pelos mesmos.

É convicção e desejo dos eleitos pelo Partido Socialista que a breve trecho seja possível assegurar estes postos de trabalho sem que para tal seja necessário o recurso a uma associação que se comporta tal neste caso como uma empresa de recursos humanos.



Ermesinde, 19 de junho de 2017

Os eleitos do Partido Socialista